

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(Do Sr. Raul Jungmann)

, DE 2010

*Requer informações ao
Ministro de Estado da
Fazenda sobre solicitação de
quebra de sigilo fiscal de
oficiais do Exército.*

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, ao Ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, pedido de informações sobre a noticiada solicitação de quebra de sigilo fiscal de oficiais do Exército brasileiro nos seguintes termos:

1. Se realmente houve esta solicitação à Receita Federal;
2. Que oficiais das Forças Armadas tiveram seus sigilos fiscais quebrados nos últimos dois anos por solicitação do Gabinete de Segurança Institucional ou outro órgão do Poder Executivo;
3. Fundamento legal que legitima solicitações de tal natureza e que legitimou a ação específica;
4. Qual a justificativa dada para a referida solicitação;
5. Quem era ou quais eram os destinatários finais da referida solicitação;

6. Em que situações são solicitadas informações de tal natureza de oficiais da ativa, da reserva e reformados das Forças Armadas.
7. Quem ordenou tal solicitação.

JUSTIFICATIVA

Segundo a imprensa, o Gabinete de Segurança Institucional – GSI da Presidência da República solicitou à Receita Federal a quebra do sigilo fiscal, do período de janeiro de 2006 a dezembro de 2009, dos seguintes oficiais, da ativa e da reserva, do Exército: Raymundo Nonato da Cerqueira Filho, Marius Luiz Carvalho Teixeira Neto, Carlos Alberto Brilhante Lustra, Francisco Roberto de Albuquerque e Cid Canudo Ferreira. O objetivo de tal investigação seria o de municiar o governo com informações de alguns expoentes militares que teriam posições discordantes às do governo em questões específicas. O general Maynard Santa Rosa, que era o chefe de Pessoal do Exército, fez críticas à “Comissão da Verdade”, do Plano Nacional de Direitos Humanos. O general Raymundo Cerqueira Filho, hoje no Superior Tribunal Militar, fez críticas à participação de homossexuais nas Forças Armadas. O general Francisco Albuquerque, ex-comandante do Exército no atual Governo, também foi uma das vítimas. Teve também a vida fiscal devassada o general Marius Luiz Carvalho Teixeira Neto, atual Comandante Logístico do Exército, os coronéis Cid Canudo Ferreira, morto em dezembro durante um assalto no Rio, e Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de tortura a presos políticos durante o regime militar.

Segundo a imprensa, a ordem do GSI chegou ao Ministério da Fazenda pelo sistema “Note”, de comunicação entre ministros, às 15h37 de 18 de janeiro. O pedido foi enviado à Receita às 13h 08m de 23 de janeiro. Extrato da resposta enviada pela Receita Federal foi apresentado pela imprensa e comprova a investigação. No comprovante da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação da Receita, são citados os alvos e o solicitante: “Alfa 1 Presidência da República/GSI”. Alfa 1 seria o grupo de auditores fiscais da Coordenação-Geral de Pesquisa e Investigação da Receita a serviço da Presidência da República. O general Jorge Félix, segundo noticiado pela imprensa, negou tudo em ofício ao Comandante do Exército.

Diante disso, apresentamos o presente Requerimento de Informações com o objetivo de receber da Receita Federal do Brasil as informações necessárias para municiar este Parlamento nesta questão específica que diz respeito não só da quebra ilegal da inviolabilidade de dados fiscais dos referidos oficiais mas, também, da utilização do aparelho do estado para a perseguição de objetivos privados não declarados.

Sala das Sessões, em de maio de 2010.

Deputado RAUL JUNGMAN
PPS/PE